

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	4
5.4 - Alterações significativas	5

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	6
10.2 - Resultado operacional e financeiro	15
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	16
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	18
10.5 - Políticas contábeis críticas	20
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	31
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	35
10.8 - Plano de Negócios	36
10.9 - Outros fatores com influência relevante	37

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

- Riscos de mercado

É o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, impactem nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

- Risco com taxas de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado referem-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos para cobrir esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar a eventual necessidade de contratação desses instrumentos. Na data das demonstrações financeiras relacionadas ao primeiro trimestre de 2014, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia e de suas controladas era:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/14	31/12/2013	31/03/14	31/12/2013
Batanga Media Inc	-	-	19.783	19.290
Outros instrumentos financeiros	-	-	3.167	6.825
Refis	(615)	(598)	(19.168)	(18.736)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	(253.747)	(207.910)
	<u>(615)</u>	<u>(598)</u>	<u>(249.965)</u>	<u>(200.531)</u>

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável:

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores dos ativos e passivos financeiros a qual a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base 31 de março de 2014 foram definidos cinco cenários diferentes e foi preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Os ativos e passivos da Companhia e de suas controladas estão indexados, substancialmente, ao CDI que foi extraído do site oficial da CETIP. Esse indicador foi definido como o cenário provável e a partir desse foram calculadas as variações decrescentes e crescentes de 25% e 50%, respectivamente.

Indexadores dos ativos e passivos financeiros:

Indexador	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
CDI	5,40%	8,10%	10,80%	13,50%	16,20%
SELIC	5,50%	8,25%	11,00%	13,75%	16,50%

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Risco cambial

O risco cambial é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de variações nas taxas de câmbio referem-se, principalmente, a fornecedores do exterior principalmente da controlada Officer.

Considerando que, atualmente, as operações da Companhia em moeda estrangeira não são materiais, a Administração da Companhia não está apresentando a análise de sensibilidade às variações nas moedas estrangeiras.

A controlada Officer mantém instrumentos financeiros derivativos com a intenção de proteger sua exposição a este risco.

- Riscos do mercado acionário

Ações são ativos de renda variável, ou seja, não oferecem ao investidor uma rentabilidade garantida, previamente conhecida. A rentabilidade das ações é composta de dividendos ou participação nos resultados e benefícios concedidos pela empresa emissora, além do eventual ganho de capital auferido na venda da ação no mercado secundário (Bolsa de Valores). O retorno do investimento dependerá de uma série de fatores, tais como desempenho da empresa, comportamento da economia brasileira e internacional etc. Justamente porque não há garantia de rentabilidade no investimento em ações, podendo mesmo haver prejuízo na aplicação, este é considerado um investimento de risco. Por esse motivo, é aconselhável que o investidor não dependa do recurso aplicado em ações para gastos imediatos e que tenha um horizonte de investimento de médio e longo prazos, quando eventuais desvalorizações das ações poderão ser revertidas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2. Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:

a. riscos para os quais se busca proteção

Conforme mencionado no item 5.1 acima, o principal risco de mercado para a Companhia são as eventuais oscilações em índices de inflação, Taxas de Juros e Variação Cambial.

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia não utiliza operações de hedge para proteção patrimonial.

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Não aplicável. A Ideiasnet não realiza operações de hedge com intuito de proteção patrimonial.

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando rentabilidade e segurança.

e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge).

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

O Departamento para Gerenciamentos dos Riscos aos quais a Ideiasnet possa estar exposta, está estruturado com base na própria estrutura organizacional da Ideiasnet, onde os diferentes riscos, tais como operacional, de crédito e de mercado são analisados e estudados a fim de mitigá-los ou eliminá-los.

Dessa forma, tanto o departamento Administrativo, quanto de Desenvolvimento de Portfólio contribuem para tal gestão.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Por meio de sua equipe multidisciplinar, a diretoria financeira monitora e avalia a adequação do Conselho de Administração.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada

Não houve eventos que alterassem significativamente os principais riscos de mercado em que a Companhia está exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

O ano de 2013 foi marcado pela consolidação da estratégia delineada em 2011 e por várias conquistas pelo caminho. Em Janeiro a Ideiasnet concluiu seu processo de credenciamento pela CVM como “Gestora de Recursos”. Dando continuidade ao plano estratégico que visa a criação de novos fundos e novos ciclos de investimentos num modelo compartilhado com investidores estratégicos e ainda com participação significativa através de capital próprio, acabando definitivamente com a atuação como holding.

Em Março foi vendido 18,24% do Ideiasnet FIP I para o Paul Capital valorizado a parte mais significativa do portfólio de investidas em R\$435 milhões, estabelecendo um primeiro patamar do Net Asset Value para o fundo significativamente acima do valor de mercado (market cap) da Ideiasnet.

A Companhia também começou a receber receitas de taxas de administração e começou seu caminho para tornar overhead da gestora “neutro”, que será intensificado a partir de 2014 pelas receitas advindas das taxas de gestão e de performance provenientes dos fundos que têm participação de terceiros. A gestora manteve sua política de austeridade elevada e não conta com nenhuma alavancagem ou endividamento.

Em Abril R\$110 milhões foram capitalizados na Padtec, juntamente com o BNDESpar, que entrou no capital da empresa, preparando-a para os próximos anos de crescimento e eventual listagem nos mercados de capitais.

Em Dezembro foi vendida a participação na CiaShop para a Totvs, com um retorno de 37,7% e 2,1x o valor investido, este impacto será refletido nos resultados do primeiro trimestre de 2014. Também em Dezembro foram descontinuados os seguintes negócios que estavam com baixa performance: WebTV, Amo Muito e Zura!.

Em R\$ mil	2011	2012	2013
Disponibilidades	51.024	60.663	84.481
Outros ativos circulantes	493.898	542.749	555.895
Ativo circulante	544.922	603.412	640.376
Ativo não circulante	202.188	185.015	252.515
Total Ativo	747.110	788.427	892.891
Empréstimo de curto prazo	150.467	155.113	163.503
Outros passivos circulantes	394.474	439.153	501.688
Passivo circulante	544.941	594.266	665.191
Empréstimo de longo prazo	62.775	78.695	44.407
Outros passivos não circulantes	22.890	19.292	34.485
Passivo não circulante	85.665	97.987	78.892
Patrimônio líquido	116.504	96.174	148.808
Total Passivo	747.110	788.427	892.891
Margem líquida	-1,32%	-1,06%	-0,84%
RsPL	-19,08%	-21,54%	-10,42%
RsA	-2,98%	-2,63%	-1,74%
GAF	6,41	8,20	6,00
Índice liquidez corrente	1,00	1,02	0,96

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

- i. Hipóteses de resgate;
- ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

O Estatuto Social determina que seja competência da Assembleia Geral deliberar a respeito do resgate ou amortização de ações, sendo certo que sempre que a Assembleia Geral deliberar o resgate ou a amortização de ações de emissão da Companhia; deverá ser convocada nova Assembleia Geral especialmente para o fim de escolher os avaliadores, com base em lista tríplice ou sêxtupla elaborada pelo Conselho de Administração, observadas as normas legais a respeito.

No entanto, o Estatuto Social da Companhia não dispõe sobre as hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia, nem tampouco sobre a forma de cálculo do valor do resgate.

c. Capacidade de pagamentos em relação aos compromissos financeiros assumidos

As empresas investidas da Companhia funcionam de forma independente, com suas próprias estruturas financeiras, e seguem estratégias para levantar recursos de instituições financeiras mensuradas em seu modelo de negócio.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Os recursos captados pelas empresas investidas consistem de empréstimos bancários dos tipos conta garantida, capital de giro, notas promissórias e debêntures.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende utilizar-se de financiamentos disponíveis e outras linhas de empréstimo com instituições financeiras, para captação de recursos para investimento em ativos não circulantes.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

- i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes
- ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras
- iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as principais dívidas da Companhia consistiam nos seguintes empréstimos:

Tipo	Taxa %	Vencimentos	2012	2013
Capital de giro	CDI + 1,80% a.a.	de 18/04/10 a 31/12/12	10.888	-
Capital de giro	CDI + 1,48% a.a.	de 02/01/13 a 26/08/15	-	8.910
Conta garantida	CDI + 1,50% a.a.	de 24/02/12 a 31/12/12	17.100	-
Conta garantida	12,95% a.a.	de 12/11/13 a 12/02/14	-	22.117
Debêntures	119,5% CDI	de 27/07/12 a 27/07/17	49.369	43.223
Empréstimos	138,6% CDI	de 02/08/10 a 2016	73.503	75.854
Empréstimos	CDI + 2% a.a.	de 24/07/10 a 11/07/13	5.111	-
Empréstimos	CDI + 8,89% a.a.	de 23/07/12 a 24/02/14	2.049	271
Empréstimos	CDI + 5,29% a.a.	de 26/06/12 a 24/01/14	15.000	15.594
Empréstimos	100% SELIC + 0,5% a.a.	de 30/12/13 a 30/06/14	-	11.512
Empréstimos	CDI + 5,65% a.a.	de 26/12/11 a 31/12/12	2.718	-
Empréstimos	CDI + 1,8605% a.a.	de 28/07/11 a 31/12/12	9.666	-
FIDC	CDI + 2,20% a.a.	-	18.013	-
Leasing	CDI + 3% a.a.	de 23/08/07 a 15/09/14	232	140
Notas promissórias	CDI + 2,64% a.a.	de 12/12/12 a 03/06/14	30.000	30.257
Outros			159	32
Total de empréstimos			233.808	207.910

A Companhia e suas controladas não possuem grau de subordinação entre as dívidas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

O Estatuto Social da Companhia determina que as matérias listadas abaixo devam ser aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia. Todos os assuntos são aprovados mediante voto afirmativo da maioria dos Conselheiros, sendo certo que não há qualquer outra restrição em relação aos assuntos abaixo:

Limites de Endividamento e Contratação de novas Dívidas:

A celebração de todos os contratos e obrigações que a Companhia pretenda assumir com terceiros, inclusive operações de leasing, arrendamento mercantil, operações de alienação e aquisição de outros ativos (que não a aquisição e/ou alienação de qualquer participação da Companhia em sociedade já existente ou a ser constituída por sociedades em que a Companhia indique um ou mais conselheiros de administração), que elevem os compromissos da Companhia acima de 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido constante do último balanço anual aprovado;

A celebração de contratos de mútuo pela Companhia com empresas de que a Companhia, ou os seus acionistas controladores participem direta ou indiretamente do capital social.

Limites à Alienação de Ativos:

A celebração de todos os contratos e obrigações que a Companhia pretenda assumir com terceiros, inclusive operações de leasing, arrendamento mercantil, operações de alienação e aquisição de outros ativos (que não a aquisição e/ou alienação de qualquer participação da Companhia em sociedade já existente ou a ser constituída por sociedades em que a Companhia indique um ou mais conselheiros de administração), que elevem os compromissos da Companhia acima de 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido constante do último balanço anual aprovado;

A aquisição e/ou alienação de qualquer participação da Companhia em sociedade já existente ou a ser constituída por sociedades em que a Companhia indique um ou mais conselheiros de administração;

A orientação do voto a ser proferido por conselheiro de administração indicado pela Companhia ou por representante desta em reuniões do conselho de administração ou assembleias gerais, conforme o caso, de sociedades controladas ou coligadas, em cuja pauta conste a aquisição e/ou alienação de qualquer participação da sociedade controlada ou coligada em sociedade já existente ou a ser constituída;

Restrições à Emissão de Novos Valores Mobiliários:

A Aprovação da emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, ou bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado, e notas promissórias para subscrição pública, nos termos da Instrução CVM 134.

O aumento do capital social até o limite previsto no Estatuto, fixando as condições de emissão e de colocação das ações;

No tocante às Restrições à Distribuição de Dividendos, o Estatuto Social da Companhia determina apenas que do lucro líquido, 25% será para pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas, nos termos do artigo 202 da lei 6.404/76, os quais devem ser pagos no prazo máximo de 60 dias contados da data da respectiva deliberação da AGO.

Os dividendos apurados devem ser atualizados monetariamente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgada pelo IBGE, do mês anterior à referida atualização e calculado *pro rata temporis*, a partir da data do encerramento do exercício social até a data do seu efetivo pagamento aos acionistas. Se os dividendos não forem pagos no prazo acima, a partir do sexagésimo primeiro dia

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

incidirão, além de atualização monetária, juros de 12% ao ano, computados à razão de 1/360 por dia decorrido.

Além disso, os dividendos não reclamados dentro de 3 anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. Por fim, o Conselho de Administração poderá distribuir dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Não há qualquer limitação à distribuição dos dividendos.

Em referência à alienação de controle acionário da Companhia devem obedecer as seguintes disposições do estatuto Social da Companhia:

A alienação, direta ou indireta, do Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do Controle se obrigue a efetivar OPA (Oferta Pública de Aquisição de Ações) para adquirir as ações dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao do acionista alienante do Controle. A realização de uma OPA também será necessária em casos de cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do controle da Companhia e em caso de alienação do Controle do acionista controlador da Companhia, sendo que, nesse caso, o mesmo acionista controlador é obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

No que diz respeito àqueles que já são acionistas da Companhia e venham a adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, será obrigado a efetivar uma OPA e a ressarcir os acionistas dos quais tenha comprado ações em bolsa de valores nos 6 (seis) meses anteriores à data da alienação do Controle da Companhia, devendo pagar a estes a eventual diferença entre o preço pago ao acionista alienante e o valor pago na bolsa de valores por ações da Companhia nesse mesmo período, devidamente atualizado até o momento do pagamento pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgada pelo IBGE.

Na hipótese de alienação indireta do Controle da Companhia, uma empresa ou instituição especializada aprovada pela Assembleia Geral, será contratada para, com base nos elementos e preço do negócio que levou à aquisição indireta do Controle, determinar o preço a ser oferecido pelo adquirente do Controle, através de OPA, aos acionistas da Companhia. Tal avaliação não será necessária caso o adquirente indireto proponha em Assembleia Geral a realização de oferta de compra das ações de emissão da Companhia pelo preço que julgar equivalente ao preço efetivamente pago pelas ações adquiridas, caso em que, se a oferta for aceita por mais de 2/3 da totalidade dos demais acionistas presentes à Assembleia Geral, a OPA será realizada pelo preço ofertado pelo adquirente indireto.

Após uma operação de alienação de controle da Companhia, o adquirente, quando necessário, deverá tomar as medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de ações em circulação estabelecido pelo Regulamento de Listagem do Novo Mercado no prazo máximo de 6 (seis) meses subsequente a aquisição do Controle ou da participação relevante, conforme o caso.

A Oferta Pública de Aquisição de Ações deverá obrigatoriamente ser dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia, ser realizada de maneira a assegurar tratamento equitativo aos destinatários, permitir-lhes a adequada informação quanto à Companhia e ao ofertante, e dotá-los dos elementos necessários à tomada de uma decisão refletida e independente quanto à aceitação da OPA além de observar os demais princípios e procedimentos expressamente previstos nas normas aplicáveis editadas pela CVM.

Em referência a eventuais restrições sobre os contratos de financiamento, a controlada Officer possui debêntures com cláusulas restritivas e seu principal indicador financeiro, que é a relação entre dívida líquida sobre o EBITDA (conforme contrato), não pode ser maior que 2,5 a ser realizada a partir do

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

encerramento das demonstrações financeiras para o exercício a findo em 31 de dezembro de 2012. Em 31 de dezembro de 2013, este índice era de 2,21 vezes.

A Padtec possui cláusulas contratuais de vencimento antecipado, a saber:

- 1) Utilizar total de crédito em até 24 meses a contar da assinatura do contrato;
- 2) Manter em situação regular as obrigações junto aos órgãos do meio ambiente;
- 3) Não transferir, ceder, onerar ou alienar o direito de propriedade sobre tecnologia ou produtos desenvolvidos com recursos do financiamento sem prévia e expressa autorização;
- 4) Divulgar no site que a Companhia é beneficiária de colaboração financeira do BNDES;
- 5) Fazer prestação das despesas realizadas com o projeto em até 180 dias após a liberação da última parcela do recurso;
- 6) Demonstrar a utilização de recursos próprio de contrapartida;
- 7) Sempre que apresentar o projeto, mencionar o apoio financeiro da FINEP; e
- 8) Poderá haver suspensão das parcelas dos desembolsos caso haja paralisação culposa do projeto.

Em 31 de dezembro de 2013 a Padtec havia cumprido todas as cláusulas contratuais.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2011 e 2012 e 2013 a Companhia utilizava 84%, 96% e 24% das linhas de créditos já contratados, respectivamente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Conta	2010	2011	Δ% 2011	Comentários
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	42.458	51.024	20%	Observou-se um incremento nas operações do grupo o que trouxe maior geração de caixa.
Clientes	186.173	306.461	65%	A controlada OFFICER é a principal responsável pelo aumento das operações do grupo através de ampliação de linhas de trabalho e novas estratégias de negócio, captação e retenção de clientes gerando um aumento de 88%.
Estoques	95.814	108.938	14%	A controlada OFFICER é a principal responsável pelo aumento das operações do grupo através de ampliação de linhas de trabalho e novas estratégias de negócio gerando um aumento de 34% nas mercadorias para revenda.
Outros ativos	214.500	280.687	31%	
Total do Ativo	538.945	747.110	39%	

Passivo				
Fornecedores	137.257	300.720	119%	A controlada OFFICER é a principal responsável pelo aumento das operações do grupo através de ampliação de linhas de trabalho e novas estratégias de negócio gerando um aumento de 127% nos fornecedores.
Empréstimos e financiamentos	162.166	213.242	31%	A controlada OFFICER ampliou suas linhas de financiamento de forma condizente com seus planos de expansão, gerando um aumento de dívida de 45%.
Outros passivos	114.379	116.644	2%	
Patrimônio líquido	125.142	116.504	-7%	
Total do Passivo	538.945	747.110	39%	

Conta	2010	2011	Δ% 2011	Comentários
Receita operacional líquida	1.069.808	1.391.916	30%	A controlada OFFICER é a principal responsável pelo aumento das operações do grupo através de ampliação de linhas de trabalho e novas estratégias de negócio gerando um aumento de 14% no lucro bruto.
CMV	(863.300)	(1.155.500)	34%	
Lucro bruto	206.507	236.416	14%	

Gerais e administrativas	(196.415)	(228.443)	16%	Houve um acréscimo de despesas comerciais no montante de R\$9.611 paralelo ao desenvolvimento de estratégias e esforços de venda nas controladas.
Resultado de equivalência patrimonial	(1.540)	105	-107%	
Ganho e perda de investimentos e capital	(18.434)	9.301	-150%	O ganho registrado em 2011 refere-se ao desinvestimento das seguintes empresas: Webtrust R\$6.759, Site Blindado R\$930, Hands R\$1.113 e Spring R\$2.689. O desinvestimento da empresa EMTL gerou uma perda no montante de R\$2.350.
Outras receitas	4.591	3.914	-15%	
Outras despesas	(5.750)	(6.793)	18%	
EBIT	(11.041)	14.500	-231%	

Receitas financeiras	13.911	25.809	86%	O aumento se deve a um volume maior de caixa aplicado em 2011, adicionalmente ao incremento da taxa básica de juros brasileira de 10,75% a.a. para 11% a.a. elevando assim a remuneração média das aplicações.
Despesas financeiras	(38.996)	(53.490)	37%	Além de o perfil da dívida acompanhar o movimento de incremento das taxas de juros, o volume de captações aumentou cerca de 45%, gerando assim mais despesas financeiras neste período.
Lucro antes dos impostos	(36.125)	(13.181)	-64%	
IR Corrente	(5.914)	(8.936)	51%	Observa-se um aumento da despesa de imposto de renda corrente devido a uma maior base de cálculo de imposto em 2011.
IR Diferido	-	(116)	0%	
Resultado do exercício	(42.040)	(22.233)	-47%	

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Conta	2011	2012	Δ% 2012	Comentários
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	51.024	60.663	19%	
Outros instrumentos financeiros	1.567	17.225	999%	A variação do período se refere ao registro do valor justo da participação restante na SPRING WIRELESS, no montante de R\$2.301 e aquisição de R\$13.357 em Letras financeiras do tesouro.
Clientes	306.461	279.132	-9%	A redução do período foi devida a saída da LATIN VENTURES do portfólio da empresa e a baixa de contas a receber de clientes consideradas incobráveis na controlada OFFICER.
Estoques	108.938	156.876	44%	A controlada OFFICER é a responde pela maior parte da variação com a aquisição de estoques de mercadorias para revenda.
Outros ativos	279.120	274.531	-2%	
Total do Ativo	747.110	788.427	6%	
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	213.242	233.808	10%	
Outros passivos	417.364	458.445	10%	
Patrimônio líquido	116.504	96.174	-17%	A diminuição do patrimônio líquido é devida ao prejuízo apurado no período no montante de R\$20.507
Total do Passivo	747.110	788.427	6%	
Conta	2011	2012	Δ% 2012	Comentários
Receita operacional líquida	1.391.916	1.613.506	16%	A controlada OFFICER é a principal responsável pelo aumento da receita operacional líquida do grupo, contudo foi uma operação mais dispendiosa que gerou uma queda de margem de 17% para 13%.
CMV	(1.155.500)	(1.398.230)	21%	
Lucro bruto	236.416	215.276	-9%	
Gerais e administrativas	(228.443)	(204.876)	-10%	
Resultado de equivalência patrimonial	105	2.859	2623%	O resultado de equivalência provém das controladas em conjunto, e deve-se basicamente ao resultado oriundo da PADTEC no montante de R\$2.126.
Ganho e perda de investimentos e capital	9.301	(708)	-108%	
Outras receitas	3.914	1.982	-49%	
Outras despesas	(6.793)	(4.021)	-41%	
EBIT	14.500	10.512	-28%	
Receitas financeiras	25.809	20.808	-19%	A diminuição se deve ao declínio da taxa básica de juros brasileira de 11% a.a. para 7,25% a.a. reduzindo assim a remuneração média das aplicações.
Despesas financeiras	(53.490)	(45.054)	-16%	Além de o perfil da dívida acompanhar o movimento de declínio das taxas de juros, não houve variação nos montantes captados em 2012, tornando a despesa reduzida se comparada ao mesmo período de 2011.
Lucro antes dos impostos	(13.181)	(13.734)	4%	
IR Corrente	(8.936)	(11.225)	26%	Observa-se um aumento da despesa de imposto de renda corrente devido a uma maior base de cálculo de imposto em 2012.
IR Diferido	(116)	4.240	-3755%	O imposto diferido registrado no período no montante de R\$4.240 é oriundo da controlada OFFICER e refere-se as diferenças temporárias.
Resultado do exercício	(22.233)	(20.719)	-7%	

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Conta	2012	2013	Δ% 2013	Comentários
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	60.663	84.481	39%	Cerca de 36% (R\$8.503) do aumento em caixa e equivalentes deve-se ao caixa vinculado na controlada OFFICER ademais do giro de operações das demais empresas do grupo.
Outros instrumentos financeiros	17.225	28.110	63%	O incremento se deve basicamente a venda e permuta das ações da BOLSA DE MULHER pelas ações da BATANGA MEDIA.
Outros ativos	710.539	780.300	10%	
Total do Ativo	788.427	892.891	13%	

Passivo				
Fornecedores	327.217	375.537	15%	Observa-se que a variação registrada em 2013, principalmente na controlada OFFICER, é devida a redução de créditos com fornecedores e um aumento com fornecedores nacionais.
Empréstimos e financiamentos	233.808	207.910	-11%	A redução dos empréstimos deve-se basicamente a liquidação de contas garantidas no montante de R\$4.649 na controlada MOIP, liquidação do Ideiasnet FIDC no montante de R\$18.013 e da amortização das debêntures na controlada OFFICER no montante de R\$6.146.
Outros passivos	131.228	160.636	22%	
Patrimônio líquido	96.174	148.808	55%	Apesar do prejuízo apurado no período no montante de R\$15.501, o incremento do patrimônio líquido deve-se ao ingresso de valores no montante de R\$12.945, o que gerou um ganho de capital no valor de R\$50.241 relativos a variação de percentual nas controladas.
Total do Passivo	788.427	892.891	13%	

Conta	2012	2013	Δ% 2013	Comentários
Receita operacional líquida	1.613.506	1.538.362	-5%	
CMV	(1.398.230)	(1.312.550)	-6%	
Lucro bruto	215.276	225.812	5%	

Gerais e administrativas	(204.876)	(231.956)	13%	A variação se deve basicamente a um incremento nas despesas comerciais, especialmente na controlada OFFICER que aumentou seus esforços de vendas e um aumento das despesas de pessoal do grupo Ideiasnet, em detrimento da redução das despesas gerais e com serviços prestados por terceiros.
Resultado de equivalência patrimonial	2.859	11.786	312%	O resultado de equivalência provém das controladas em conjunto, e deve-se basicamente ao resultado oriundo da PADTEC no montante de R\$8.396.
Ganho e perda de investimentos e capital	(708)	5.269	-844%	O ganho de capital registrado no exercício encerrado em 2013 refere-se ao desinvestimento da BOLSA DE MULHER gerando R\$5.731 de lucro na transação.
Outras receitas	1.982	10.837	447%	Em 2013 R\$6.181 referem-se a reversão de provisões, recuperação de despesas e recuperação de recebíveis na controlada OFFICER e R\$4.811 referem-se a reversão de provisões na IDEIASNET.
Outras despesas	(4.021)	(14.672)	265%	A variação em sua maior parte se deve a baixa de perdas não recuperáveis na controlada MOIP no montante de R\$8.908.
EBIT	10.512	7.076	-33%	

Receitas financeiras	20.808	22.447	8%	O aumento se deve a um volume maior de caixa aplicado em 2013, adicionalmente ao incremento da taxa básica de juros brasileira de 7,25% a.a. para 10% a.a. elevando assim a remuneração média das aplicações.
Despesas financeiras	(45.054)	(49.534)	10%	Além de o perfil da dívida acompanhar o movimento de incremento das taxas de juros, a controlada AUTOMATOS aumentou o volume de parcelamento de tributos em cerca de 157% do seu saldo comparativo com 2012, gerando assim mais despesas financeiras neste período.
Lucro antes dos impostos	(13.734)	(20.011)	46%	

IR Corrente	(11.225)	(2.497)	-78%	Verifica-se uma diminuição da despesa de imposto de renda corrente devido a uma menor base de cálculo de imposto em 2013.
IR Diferido	4.240	8.233	94%	Observa-se um incremento no diferido devido ao registro das diferenças temporárias na controlada VOKI no montante de R\$4.284 e do registro de ganhos futuros devido a alienação de controladas na Ideiasnet no montante de R\$4.690.
Participação nos lucros e resultados	-	(1.226)	0%	
Resultado do exercício	(20.719)	(15.501)	-25%	

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Os diretores devem comentar^{1 2}:

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossas receitas consistem das receitas das empresas investidas que atuam em diferentes segmentos no mercado TMT. Do total da receita líquida nos exercícios de 2013, 2012 e 2011, 91,6%, 88,10% e 84,32%, respectivamente, teve origem da investida Officer Distribuidora de Produtos de Informática S.A..

A Officer é uma distribuidora de produtos de informática com mais de 25 anos de atuação no mercado, atuando no segmento de distribuição atacadista de produtos de TI no Brasil.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os desempenhos da Officer e da Padtec foram os principais fatores que influenciaram o resultado da Companhia ao longo dos exercícios de 2011, 2012 e 2013.

Considerando a natureza do objeto da Companhia, suas investidas encontram-se em estágios de desenvolvimento diferentes, sendo que algumas estão passando por reestruturação operacional e financeira, apresentando assim resultados negativos que juntamente com suas despesas operacionais impactam significativamente no resultado da Companhia.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Diretoria não identificou variações significativas nas receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

A Diretoria não identificou variações significativas devido à inflação, variação de preços dos principais insumos e produtos, câmbio e da taxa de juros, no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia. A maior parte das nossas aplicações financeiras e a maioria do nosso endividamento total estão atreladas ao CDI. A Companhia não possui dívidas ou valores a receber denominados em moeda estrangeira.

¹ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor.

² Sempre que possível, os diretores devem comentar também neste campo sobre as principais tendências conhecidas, incertezas, compromissos ou eventos que possam ter um efeito relevante nas condições financeiras e patrimoniais do emissor, e em especial, em seu resultado, sua receita, sua lucratividade, e nas condições e disponibilidade de fontes de financiamento.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou e espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados

a. da introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmentos operacionais da Companhia que tenham causado ou venham a causar efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

b. da constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Durante o exercício de 2011, foram alienados os investimentos detidos pela Companhia nas empresas Webtrust, Site Blindado, Trinnphone, e Hands, e foi feito um investimento na CiaShop, conforme descrito abaixo.

Webtrust Empreendimentos S.A (Media Factory)

A Webtrust Empreendimentos S.A. (Media Factory) é uma empresa de marketing de relacionamento digital subsidiária da Brands Group Participações S.A. A Companhia efetuou o desinvestimento nesta empresa em 17 de janeiro de 2011 e realizou um ganho de R\$6.759 mil na alienação.

Site Blindado S.A

A Site Blindado é uma empresa de segurança de sites subsidiária da Z Investimentos S.A. A Companhia efetuou o desinvestimento nesta empresa em 30 de junho de 2011 e realizou um ganho de R\$930 mil na alienação.

Empresa de Telefonia Multiusuario S.A (Trinn Phone)

A Trinn é uma operadora de serviços de telefonia fixa (STFC), telefonia via internet e banda larga (SCM). A Companhia efetuou o desinvestimento nesta empresa em 5 de setembro de 2011 e realizou uma perda de R\$2.350 mil na alienação.

Hands Empreendimentos S.A. (“Hands”)

A Hands é uma empresa especializada em mobile marketing. A Companhia efetuou o desinvestimento nesta empresa em 7 de dezembro de 2011 e realizou um ganho de R\$1.113 mil na alienação.

Ciashop – Soluções para Comércio Eletrônico Ltda. (Ciashop)

A Ideiasnet adquiriu 50% da Ciashop, empresa provedora de soluções para comércio eletrônico na forma de SaaS (Software as a Service) e serviços de hosting, infraestrutura e pagamentos, por R\$ 5,0 milhões.

Durante o 1S12, a Ideiasnet realizou a venda de 100% de sua participação na Softcorp para Techresult baseada em um valor de empresa de R\$ 15,0 milhões. A Ideiasnet também alienou, neste período, 4,1% de sua participação de 5,0% na Spring Wireless para a Industry Ventures, baseada em um valor de empresa de R\$ 329 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Em outubro de 2012, a Ideiasnet concluiu operação de aquisição através de sua controlada IdeiasVentures Participações Ltda. de participação minoritária (11,25%) na Amo Muito Comércio de Roupas e Acessórios Ltda., primeira loja online com foco exclusivo em acessórios femininos no Brasil.

Durante o exercício de 2013, foram alienados os investimentos detidos pela Companhia nas empresas Bolsa de Mulher, TVaoVivo e AmoMuito, conforme descrito abaixo:

Bolsa de Mulher S.A.

A Bolsa de Mulher é um grupo de empresas de mídia digital feminina da América Latina, com 16 propriedades multi-plataforma. Seus principais modelos de negócio são publicidade, mobile, e-commerce e licenciamento de conteúdo, sendo proprietária da rede social feminina BolsadeMulher.com, da primeira empresa de inteligência e pesquisa de mercado feminina Sophia Mind e opera multi-plataforma em internet, mobile, TV por assinatura e mídia out of home. Em 31 de janeiro de 2013, a controlada Chenonceau efetuou o desinvestimento para o grupo norte americano Batanga Media. A alienação do Bolsa de Mulher gerou um ganho líquido de R\$5.731.

AmoMuito Comércio de Roupas e Acessórios

Em 6 de dezembro de 2013, a Companhia alienou 11,25% de sua participação na AmoMuito pelo valor de R\$170, custo de R\$500 e realizou uma perda de R\$330.

Webtv Transmissões On Line ("TvaoVivo")

A TVaoVivo é uma empresa de multimídia interativa, um portal de televisão pela internet, subsidiária da IdeiasVentures Participações Ltda. após a incorporação da Brands Group Participações S.A. pela IdeiasVentures.

Em 4 de novembro de 2013, a Companhia alienou sua participação na TvaoVivo pelo valor simbólico de R\$3,00 (três reais), custo de R\$7 e apurou uma perda de R\$7.

c. dos eventos ou operações não usuais

Não houve evento ou operação não usual que tenham causado ou venham a causar efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4. Os diretores devem comentar¹:

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Ano 2009

Até 2008 a Companhia não provisionava Contingências sobre os Passivos a Descoberto (Patrimônio Líquido Negativo) de Investidas, em consonância ao disposto no Ofício Circular CVM - 01/2007 que facultava a provisão, em casos da Investida não apresentar sinais de paralisação ou não haver responsabilidade formal da Controladora no apoio financeiro. Em 2009, dado a mudança de orientação na gestão dos investimentos, a administração da Companhia passou a reconhecer a intenção manifesta de apoio financeiro às investidas. Dessa forma, com base no Ofício citado anteriormente, foi constituída provisão para o passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo) de Empresa Investida.

Conforme preconizado pela Resolução CFC nº 1.157/09, a partir de janeiro de 2009, a amortização sistemática do ágio (*goodwill*) por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) cessou completamente. O saldo remanescente do ágio é testado anualmente para fins de recuperabilidade, conforme exigido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução do Valor Recuperável do Ativo.

Com o advento da Lei no 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para as normas internacionais de contabilidade (IFRS), novas normas e pronunciamentos, interpretações e orientações foram emitidos durante o ano de 2009, parte exigível em 2009 e demais com aplicação exigível a partir de 2010. Companhia adotou e cumpriu todas as exigências já em vigor para o exercício findo em 2009. A Companhia está em processo de avaliação dos potenciais efeitos relativos aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com aplicação mandatória para os exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010, incluindo a necessidade, para fins de comparação, de futuros ajustes nas demonstrações contábeis de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010.

Ano 2010 , 2011 e 2012

A Companhia apresentou suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações financeiras (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com políticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e de normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ano 2013

Em 01 de janeiro de 2013 entrou em vigor os pronunciamentos IFRS 11 – Negócios em Conjuntos e IAS 28 - Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto “Joint Ventures”. Com a adoção destes pronunciamentos a Companhia deixou de consolidar os investimentos abaixo:

- Padtec S.A.;
- Clickcar Empreendimentos Ltda.;
- WebTv Transmissões Online S.A.;
- BP Participações S.A.;
- Dotcomm - Marketing Online Ltda.
- Ciashop Soluções para Comércio Eletrônico Ltda.

¹ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Portanto, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam o método da equivalência patrimonial para tais investimentos.

Para fins comparativos, as demonstrações financeiras do exercício de 2012 foram ajustadas de forma a refletir os novos pronunciamentos contábeis.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010, originalmente emitidas em 30 de março de 2012, foram reapresentadas em conformidade com o IAS 8 / CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro para refletir regularizações dos saldos da controlada Automatos Participações S.A., efetuadas, após a emissão original das demonstrações financeiras da Ideiasnet acima citada, inclusive com a consolidação do Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Ideiasnet FIDC) conforme mencionado na nota explicativa 9.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas presentes no parecer do auditor, porém houve ênfases no parecer do auditor nos exercícios sociais findos em 2011, 2012 e 2013.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As principais normas que provocaram mudanças nos critérios contábeis foram acima comentadas e encontram-se detalhadas em nossas notas explicativas às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013, principalmente no item 3 - Resumo das Práticas Contábeis e 3.1 - Consolidação das demonstrações financeiras.

Adicionalmente, a Companhia registra suas provisões para contingências de acordo com a classificação de seus assessores legais, seguindo o critério legal. No que se refere a créditos fiscais, a Companhia realiza a ativação de tais créditos conforme revisão anual em relação às projeções de utilização de tais créditos.

Como regra geral, na preparação das demonstrações contábeis são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas referentes às vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, intangível, provisões necessárias para passivos contingentes, determinação de provisão para imposto de renda, provisão para devedores duvidosos e outras similares. Os diretores e principais executivos da Companhia monitoram e revisam periodicamente estas estimativas e premissas a fim de que os valores das mesmas estejam sempre o mais próximo possível dos valores reais resultantes das operações da Companhia.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pelas entidades do Grupo a todos os exercícios apresentadas nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pelas entidades do Grupo em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1.1. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades (incluindo entidades estruturadas) controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- tem poder sobre a investida.
- está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

a dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes.
- direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àsquelas estabelecidas pelo Grupo.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

A Companhia consolida, integralmente, as demonstrações financeiras do Ideiasnet FIDC, comparativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012. O Ideiasnet FIDC é uma sociedade de propósito específico constituída com a finalidade exclusiva de conduzir a securitização de recebíveis de empresas do portfólio da Ideiasnet S.A. O fundo foi constituído em abril de 2010 e extinto em janeiro de 2013 (vide nota explicativa 9).

1.2. Combinações de negócios

As combinações de negócio são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Grupo utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle o Grupo leva em consideração os direitos de voto potenciais que são atualmente exercíveis.

O Grupo mensura o ágio na data de aquisição como:

- O valor da contraprestação transferida; mais
- O montante reconhecido de qualquer participação não-controladora na adquirida; mais
- Se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à aquisição; menos
- O montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

Os custos de transação, exceto os custos relacionados a emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio, que o Grupo incorre em conexão com a combinação de negócios são registrados no resultado conforme incorridos.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Para as demais, as alterações subsequentes no valor justo são registradas no resultado do exercício.

1.3. Investimentos em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*)

Uma *joint venture* é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto sobre o acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle, aplicável somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Os resultados e os ativos e passivos *joint ventures* são incorporados nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma *joint venture* é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação do Grupo no resultado e em outros resultados abrangentes *joint venture*. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma *joint venture* ultrapassa a participação do Grupo nessa *joint venture* (que inclui quaisquer participações de longo prazo que, em sua essência, formam parte do investimento líquido do Grupo na *joint venture*), o Grupo deixa de reconhecer sua participação em perdas adicionais. As perdas adicionais são reconhecidas somente na medida em que o Grupo incorreu em obrigações legais ou presumidas ou assumiu obrigações em nome da *joint venture*.

Um investimento em uma *joint venture* é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial a partir da data em que a investida se torna uma *joint venture*. Na aquisição do investimento em uma *joint venture*, qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação do Grupo no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é reconhecido como ágio, que é incluído no valor contábil do investimento. Qualquer excedente da participação do Grupo no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida sobre o custo do investimento, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do período em que o investimento é adquirido.

1.4. Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente na data da transação.

Para fins de apresentação destas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das operações do Grupo no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o período; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido (e atribuídas às participações não controladoras, conforme apropriado).

1.5. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial, somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Grupo classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias:

i. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Grupo. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

ii. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

iii. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece títulos de dívidas emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e transações com partes relacionadas.

Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos no patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente mensurados pelo valor justo no final de cada período de relatório. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de hedge; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de hedge. Um derivativo com valor justo positivo é reconhecido como ativo, enquanto um derivativo com valor justo negativo é reconhecido no passivo.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros derivativos.

1.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas.

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa, se necessário. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, sendo considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas.

1.7. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

1.8. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativos são as seguintes:

Imóveis	25 anos
Instalações prediais	1 a 14 anos
Móveis e utensílios	1 a 14 anos
Máquinas e equipamentos	1 a 14 anos
Equipamentos de informática	1 a 5 anos
Veículos	8 a 9 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros (*)	2 a 14 anos

(*) Em período inferior dependendo do período contratual

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais poderão ser revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

1.9. Intangível

Ágio

Nas demonstrações financeiras consolidadas o ágio resultante na aquisição de controladas e fundamentado em rentabilidade futura é registrado como ativo intangível conforme CPC 04 (R1) - Ativos intangíveis.

Os ágios são mensurados a custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Com relação às investidas registradas por equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento, e uma perda por redução ao valor recuperável sobre tal investimento é alocada para o valor contábil do investimento e são registradas por equivalência patrimonial.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A vida útil estimada dos ativos intangíveis da Companhia e suas controladas é como segue:

<i>Marcas registradas e licenças</i>	5 a 30 anos
<i>Software</i>	em até 5 anos
<i>Carteira de clientes</i>	2 a 5 anos

1.10. Redução ao valor recuperável de ativos

A Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponível para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

1.11. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

1.12. Remuneração com base em ações

Os planos de remuneração com base em ações são mensurados pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na nota explicativa nº 18.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada encerramento de exercício, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta Reserva de capital - Plano de opção de ações que registrou o benefício aos empregados.

1.13. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando da transferência dos riscos e benefícios aos clientes. Receitas de serviços são reconhecidas quando da prestação dos serviços. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando-se o método da taxa de juros efetiva.

1.13.1. Vendas de produtos

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos.
- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos.
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Companhia.
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

1.13.2. Prestação de serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

1.13.3. Receita de juros e dividendos a receber

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e suas controladas e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

Os dividendos a receber de investimentos são reconhecidos quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido, desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor possa ser mensurado com confiabilidade.

1.14. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia e suas controladas em receber o pagamento são estabelecidos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

1.15. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias:

- O reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável;
- Diferenças relacionadas a investimentos em controladas, filiais e coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto (joint venture) quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- Imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

1.16. Apresentação de relatórios por segmento

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para os principais tomadores de decisões operacionais, representados pelo Conselho de Administração e pela Administração, sendo estes os responsáveis pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais. A Companhia possui os seguintes segmentos reportáveis: *E-commerce*, *Mídia*, *Comunicação & Conteúdo*, *Distribuição & TI*, *Cloud computing* e Outros.

1.17. Demonstração do valor adicionado (DVA)

A companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

1.18. Demonstração do Fluxo de Caixa

A Companhia optou por apresentar os fluxos de caixa oriundos de pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos passivos como atividade de financiamento.

1.19. Normas e interpretações novas e revisadas

Os seguintes pronunciamentos entraram em vigor em 1º de janeiro de 2013:

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas

IFRS 11 – Negócios em Conjuntos (a)

IFRS 12 - Divulgação de Participações em Outras Entidades

IFRS 13 - Mensuração a Valor Justo

IAS 19 (revisada em 2011) - Benefícios aos Empregados

IAS 27 (revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

IAS 28 (revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto "Joint Ventures" (a)

Modificações à IFRS 7 - Compensação de ativos e passivos financeiros

- (a) Os seguintes pronunciamentos entraram em vigor em 01 de janeiro de 2013 e alteraram as demonstrações financeiras anteriormente divulgadas pela Companhia em 31 de dezembro de 2012:

IFRS 11 - CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto

IAS 28 - CPC 18 (R2) –Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

Com a adoção desses pronunciamentos contábeis a Companhia deixou de consolidar proporcionalmente as seguintes controladas em conjunto:

- Padtec S.A.;
- Clickcar Empreendimentos Ltda.;
- WebTv Transmissões Online S.A.;
- BP Participações S.A.;
- Dotcomm - Marketing Online Ltda.
- Ciashop Soluções para Comércio Eletrônico Ltda.

Portanto, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam o método da equivalência patrimonial para tais investimentos.

Para fins comparativos, as demonstrações financeiras consolidadas foram ajustadas de forma a refletir os novos pronunciamentos contábeis.

Em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que, dentre outras matérias: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando a incidência de tributos sobre os ajustes decorrentes da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais (IFRS); e (ii) dispõe sobre a tributação de residentes no Brasil referente aos lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas. A Sociedade analisou os potenciais efeitos da MP 627/13 e aguarda a sua conversão em lei para conclusão dos impactos, porém em análise inicial estes não são relevantes.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

- a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

Devido à natureza de seu negócio como gestora de fundos, com a aquisição de participações indiretas em companhias do setor de tecnologia, mídia e telecomunicações em fase de 'venture capital', a Companhia está em constante análise para adotar as melhores práticas de governança corporativa. Em função disto, seus controles internos são diretamente afetados por aqueles de suas companhias investidas.

Os nossos auditores independentes identificaram através da Comunicação de Deficiências de Controle Interno as seguintes deficiências significativas:

- Deficiências relacionadas ao processo de conciliação e fechamento contábil e de elaboração das demonstrações financeiras na Ideiasnet e algumas controladas; e
- Deficiência na contabilização das transações pelo regime de competência em algumas controladas.

Entendemos que a Companhia possui procedimentos e controles internos que julgamos eficazes e que estas deficiências significativas não incorreram em distorções na elaboração das demonstrações financeiras. De maneira a formalizar estes procedimentos, a Companhia está criando um manual de controladoria onde constarão as informações necessárias para o adequado fechamento contábil e de fluxo de informações. Este manual terá as práticas e políticas contábeis vigentes, cronograma, fluxograma e *checklists* de atividades e pacote de divulgações. O mesmo será disponibilizado para todas as controladas e escritórios de contabilidade terceirizados.

Percebemos que ainda existem problemas identificados neste processo e no intuito de solidificar os procedimentos, a Companhia criou uma área de auditoria interna em agosto de 2013 para atender as suas controladas e padronizar as políticas internas. A Officer que é nossa controlada de maior expressão, também criou um departamento específico de auditoria interna.

Podemos destacar dentre os trabalhos efetuados pela auditoria interna:

- A criação de um relatório mensal onde verificamos a adimplências das nossas controladas nos quesitos operacionais e de tributos;
- Na controlada Automatos, mapeamos os principais processos e controles internos das áreas financeira, contábil e comercial; elaboramos um manual de normas de condutas e políticas de contas a receber e cobrança; e
- Na controlada Moip, mapeamos o sistema de contas a receber onde havíamos identificado divergências, diminuindo a necessidade de ajustes manuais e segregamos as funções de atividades de tesouraria e contabilidade.

Tendo em vista a constante necessidade por informações mais precisas, as controladas Officer, Voki e Automatos implantaram ERPs que atendem a complexidade de suas operações e agilizam o processo de fechamento contábil tornando-o menos suscetível a interferências manuais, permitindo melhores análises e controles. Durante o ano de 2014, por conta do trabalho de auditoria interna mencionado anteriormente na controlada Automatos, foi implantado um módulo específico de controle de faturamento e de contratos vigentes, além da automatização dos procedimentos de aprovação de compras e pagamentos.

Com relação a deficiência apontada na contabilização das transações pelo regime de competência, reiteramos juntamente aos escritórios de contabilidade terceirizados e as nossas controladas a importância da correta contabilização. Ratificamos que os lançamentos foram pontuais e que estas distorções não representaram leitura incorreta das nossas demonstrações consolidadas.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

A controlada Officer durante o exercício de 2013 identificou problemas no *cut-off* de receitas onde poderiam ser geradas distorções de competência. No entanto, a controlada apurou e corrigiu o seu controle com referência a este problema e no resultado divulgado de 2013 não há traços do mesmo.

Uma deficiência apontada por nossos auditores e que comentamos é com relação à gestão de processos judiciais. A Companhia conta com área jurídica interna que efetua o acompanhamento e controle de todos os processos em andamento de que é parte, sejam eles no âmbito cível, fiscal ou trabalhista. A gestão de todos os processos envolvendo a Companhia é realizada pela equipe com base nas informações fornecidas pelos escritórios de advocacia contratados, mantendo-se rigoroso controle de cada processo.

Por outro lado, como algumas das empresas investidas não possuem área jurídica, a Automatos por exemplo implementou o controle de todos os processos judiciais de acordo com seus assessores jurídicos. O Moip, por sua vez, tomou as seguintes medidas: estruturou nova área e adquiriu software para ajudar na gestão dos processos; contratou três novos escritórios e contratou um novo escritório independente para fazer uma diligência em toda a base de processos ativos.

Reafirmamos o compromisso da Companhia no desenvolvimento de formalizações de processos e controles internos e matriz de riscos de forma a documentar as principais atividades e tarefas de cada área, notadamente nas áreas apontadas pela auditoria independente (Contas a Pagar, Compras e Tesouraria).

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

Comentamos a seguir as principais deficiências identificadas e recomendações apresentadas no relatório do auditor independente, a saber:

Deficiência significativa	Recomendação	Comentários e ações
Processo de conciliação e fechamento contábil e de elaboração das demonstrações financeiras.	Preparação um manual de controladoria contendo: (1) as práticas e políticas contábeis e de divulgação contábil; (2) o processo e os procedimentos de fechamento contábil; (3) a descrição dos controles internos que garantem o adequado fechamento contábil e seus responsáveis, incluindo <i>checklists</i> de preparação e de conferência das demonstrações financeira.	A Companhia possui procedimentos e controles de fechamento que julgamos eficazes e está em processo de formalização dos mesmos através da criação de um manual de controladoria para o exercício de 2014 que será divulgado para todas as controladas e escritórios de contabilidade terceirizados.
Contabilização das transações pelo regime de competência.	Implementação de controles para mitigar registros contábeis em competência inadequada.	Já regularizamos essas pendências junto aos contadores e reforçamos a importância da correta contabilização dessas operações. Entendemos que estas distorções não ocasionaram em leitura incorreta das demonstrações financeiras apresentadas.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Outras deficiências	Recomendação	Comentários e ações
Deficiências de controles internos relacionados aos processos de compras e sistema de vendas e faturamento da controlada Automatos.	(1) Elaboração de Manual de Normas e Procedimentos, com o objetivo de estipular limites (valores) de aprovação, obrigatoriedade de cotação de preços e definição dos funcionários responsáveis pela área. (2) Revisão do sistema de vendas e faturamento de modo a fortalecer os controles internos.	Foi automatizado em maio de 2014 o processo de aprovação prévia de compras, bem como, de aprovação para pagamentos de serviços e produtos. Adicionalmente no primeiro semestre de 2014 personalizou o módulo de Faturamento e Contratos de Serviços que atingirá cerca de 95% de todo o faturamento, permitindo melhor controle sobre o processo.
Ausência de controles internos efetivos relativos a gestão de processos judiciais.	Revisão no processo de controle e acompanhamento dos processos judiciais, com o objetivo de implementar atividades que permitam o adequado monitoramento da situação dos referidos.	A Companhia possui uma área jurídica interna que efetua o acompanhamento e controle de todos os processos em andamento. A gestão de todos os processos é realizada pela equipe com base nas informações dos prestadores de serviços, contratados com este objetivo. As controladas Moip e Automatos, conforme mencionado no item “a” tomaram medidas cabíveis para melhorar o controle efetivo dos processos.
Evidência de conferência das aplicações financeiras “Automatos”.	Efetuar controle e conferência do saldo de aplicações financeiras.	Esta aplicação financeira refere-se a fiança do aluguel do imóvel, não podendo trocar de banco. A Companhia fará controle e conferência sobre este saldo.
Políticas de provisão para créditos de liquidação duvidos (“Automatos, Voki e IdeiasVentures”)	Elaboração de política alinhada com o histórico de realizações de recebíveis	A Automatos elaborou uma política para reduzir os créditos em atraso de contas a receber e cobrança. De acordo com sua operação, a IdeiasVentures não possui contas a receber e o valor em aberto era referente a venda do investimento Amo Muito e já provisionou este valor a receber em 2014. A Voki criará uma política de seus recebíveis em 2014, apesar de baixos riscos de inadimplência.
Ausência de formalização de transações entre partes relacionadas “Ideiasnet e IdeiasVentures” e Officer”	Formalização do contrato de mútuo entre as partes e pagamento de IOF quando aplicável.	A Companhia e suas controladas estão regularizando estas operações em 2014.

Há diversos outros pontos também com recomendação da auditoria independente, abaixo elencados, que a administração já tomou ciência e vinha empreendendo ações regularizadoras e/ou continuará neste sentido, de modo a eliminar as possibilidades de riscos e/ou impactos nas demonstrações

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

financeiras das empresas. Muito embora na sua maioria, os valores envolvidos sejam consideravelmente sem grande relevância, ressaltamos que julgamos procedentes tais recomendações e como tal merecedores de toda atenção e providências que esta administração está ou estará empreendendo no sentido de sanear-las no mais curto prazo possível:

- Parcelamento PIS/COFINS (Automatos) – exercendo rígido controle no pagamento
- Pontos em regularização na “iMusica”, principalmente na base de cálculo do IRPJ/CSLL : i) Bônus e gratificações a dirigentes estatutários + Plano de Opções de Ações; ii) Provisão de direitos autorais (não dedutibilidade); iii) Provisão ISS sobre faturamento (não dedutibilidade); iv) Despesa com Veículos; v) Transfer Price – realizado estudo na Colômbia (origem das divisas) para atender legislação; vi) Rateio dos gastos de empresas mesmo grupo econômico; vii) DCTF – opção pelo regime de caixa para tributação das variações cambiais; viii) LALUR – ajustes na parte B; ix) Antecipações efetuadas – regularização do código de recolhimento.
- Deficiências na área trabalhista - Automatos e iMusica – empenho da administração na criação de controles internos para mitigar possíveis riscos.
- Ambiente geral de Informática – providências sendo tomadas ou em implantação para atender às recomendações da Auditoria:
 - a) Gestão de acessos aos sistemas;
 - b) Política de senhas;
 - c) Propriedade das informações (assinatura de Termo de Confidencialidade pelos funcionários);
 - d) Políticas e procedimentos de segurança da informação;
 - e) Procedimentos de gestão de mudanças.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável, pois não foi feita Oferta Pública de Valores Mobiliários.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos projectos da respectiva distribuição

Não aplicável, pois não foi feita Oferta Pública de Valores Mobiliários.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, pois não foi feita Oferta Pública de Valores Mobiliários.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando¹:

- a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off balance sheet items*), como:
 - i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.
 - ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.
 - iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
 - iv. Contratos de construção não terminada
 - v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

- b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

¹ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

- a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
- b. Natureza e o propósito da operação

Não Aplicável. Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.